



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

RESOLUÇÃO Nº 35 de 2020

*Dispõe sobre o Planejamento e Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Paraíba para o sexênio 2021-2026 e dá outras providências.*

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

**Considerando** a autonomia administrativa atribuída ao Poder Judiciário, conforme previsto no art. 99 da Constituição Federal e da Constituição Estadual;

**Considerando** os princípios constitucionais da administração pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal e no art. 30 da Constituição Estadual, especialmente, a eficiência e impessoalidade;

**Considerando** que o cumprimento das disposições constitucionais impõe efetiva prestação jurisdicional, com ações estruturais, proativas e eficazes que viabilizem pronto acesso, atendimento qualificado e resposta satisfatória do sistema judicial às demandas propostas;

**Considerando** a necessidade de Revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e estabelecer um referencial para o período 2021-2026, de forma a melhor cumprir com sua finalidade de articular as ações de curto, médio e longo prazos, com o objetivo de conferir suporte e sustentabilidade aos propósitos institucionais;

**Considerando** os resultados do Planejamento Estratégico, no período 2009-2014;

**Considerando** os Macrodesafios do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, formulados pela Rede de Governança Colaborativa e aprovados no XIII Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido em Maceió-AL, em novembro de 2019;

**Considerando** as iniciativas, indicadores e metas aprovados pela Comissão da Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça da Paraíba, em novembro de 2020;

**Considerando** as disposições da Resolução nº 325, do Conselho Nacional de

Justiça, de 29 de junho de 2020, que instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021 a 2026;

**Considerando** a iminente necessidade de se alinhar aos preceitos da Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça e, ainda, a possibilidade de edição de atos normativos ad referendum do Tribunal Pleno, quando configuradas situações de relevância e urgência, consoante disposto no art. 34 da Resolução nº 40/2013 deste Tribunal de Justiça;

**Resolve, ad referendum do Tribunal Pleno:**

**Art. 1º** Fica aprovado o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado da Paraíba para o período de 2021 a 2026, nos termos do Anexo I desta Resolução, sintetizada nos seguintes componentes:

- I – missão;
- II – visão;
- III – valores;
- IV – macrodesafios do Poder Judiciário;
- V – Iniciativas Estratégicas;
- VI - Indicadores de desempenho; e
- VII - Metas

**Art. 2º** A condução dos macrodesafios será atribuída a Coordenadores, magistrados indicados pela Presidência do Tribunal, que deverão identificar as iniciativas estratégicas e implementá-las segundo a necessidade para o alcance das respectivas metas.

**§ 1º** Os coordenadores terão autonomia no tocante à solicitação de informações junto aos diversos setores do Tribunal, bem como na alocação de equipe de trabalho para execução de atividades necessárias ao bom andamento dos projetos e planos de ação.

**§ 2º** Os Coordenadores dos macrodesafios, nos termos do Anexo I, terão mandato de dois anos, permitida uma recondução, e serão substituídos quando necessário no curso do mandato, respeitadas as indicações previstas neste artigo.

**§ 3º** O Tribunal de Justiça da Paraíba adotará as medidas necessárias para proporcionar aos coordenadores dos macrodesafios, bem como às equipes de trabalho por eles designadas, as condições adequadas ao desempenho de suas atribuições, de modo a evitar prejuízo às tarefas inerentes às sua função precípua.

**Art. 3º** O planejamento a que se refere esta Resolução orientará a elaboração do Plano de Gestão do Tribunal de Justiça da Paraíba.

**Parágrafo Único.** O Plano de Gestão previsto no caput deste artigo consiste no menor detalhamento do planejamento estratégico a ser implementado a cada gestão bienal e deve dispor sobre ações, produtos, etapas, prazos e responsáveis, nos termos do Anexo II desta Resolução.

**Art. 4º** Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica para acompanhar o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, sendo constituído por:

- I – Coordenador do Comitê Regional de Priorização do Primeiro Grau;
- II - um Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, escolhido pelo Presidente do Tribunal;
- III - um Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, indicado pelo Corregedor-Geral;
- IV - um Juiz, indicado pelo Diretor da Escola Superior de Magistratura do TJPB;
- V – Diretor Administrativo;
- VI – Diretor de Economia e Finanças;
- VII – Diretor de Gestão de Pessoas;
- VIII – Diretor de Tecnologia da Informação; e
- IX - Gerente de Projetos e Gestão Estratégica.

**§ 1º** O Comitê Gestor é presidido pelo Coordenador da Política de Priorização do primeiro grau e, na sua falta, pelo juiz mais antigo.

**§ 2º** As deliberações do Comitê são tomadas por maioria, com voto de qualidade do presidente em caso de empate.

**§ 3º** Os membros do Comitê terão mandato de dois anos, permitida uma recondução, e serão substituídos quando necessário no curso do mandato, respeitadas as indicações previstas neste artigo.

**§ 4º** São atribuições do Comitê Gestor:

- I - acompanhar a execução do Plano Estratégico;
- II - reunir-se quadrimestralmente para realizar a Reunião de Análise da Estratégia - RAE;
- III - requisitar informações aos responsáveis pelas iniciativas estratégicas;
- IV - sugerir alterações de diretrizes e estratégias contidas no Plano Estratégico, para alcançar os objetivos dos macrodesafios propostos;
- V - emitir parecer com a finalidade de subsidiar decisões estratégicas do Tribunal Pleno, do Presidente do Tribunal de Justiça, do Corregedor-Geral de Justiça ou do Diretor da Escola Superior da Magistratura da Paraíba; e

VI - Publicar, sempre que necessário, o Plano de Gestão atualizado.

**Art. 5º** No mês de fevereiro de cada ano, o Comitê Gestor encaminhará relatório de gestão do exercício anterior ao Presidente do Tribunal de Justiça, que dará conhecimento aos demais membros do Tribunal Pleno.

**Art. 6º** A Presidência do Tribunal de Justiça editará os atos necessários à regulamentação desta Resolução e resolverá os casos omissos.

**Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 02 de dezembro de 2020.

Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos  
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba

# ANEXO I

**PLANEJAMENTO  
ESTRATÉGICO  
TJPB  
2021-2026**

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**

### Missão:

Concretizar a justiça, por meio de uma prestação jurisdicional acessível, célere e efetiva.

### Visão:

Alcançar o grau de excelência na prestação de seus serviços e ser reconhecido pela sociedade como uma instituição confiável, acessível e justa, na garantia do exercício pleno da cidadania e promoção da paz social.

### Atributos Básicos de Valor:

Celeridade

Modernidade

Acessibilidade

Transparência

Credibilidade

Responsabilidade Social e Ambiental

Imparcialidade

Ética

Probidade

**MACRODESAFIO:**

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

**Descrição do Macrodesafio:**

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º ), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

**COORDENADOR:**

Magistrado Alexandre Targino Gomes Falcão

**Indicadores Estratégicos:**

- Índice de Acesso à Justiça

**Iniciativas Estratégicas:**

1. Atermação eletrônica
2. Institucionalizar a Gestão do Conteúdo do Portal – acessibilidade digital e outras providências

**Metas:**

Descrição	Meta					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Ter, em produção, sistema de atermação eletrônica.	X					
Ampliar o Acesso à justiça através da implantação do sistema de atermação eletrônica em todo o Estado.		X				

**MACRODESAFIO:**

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

**Descrição do Macrodesafio:**

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

**COORDENADOR:**

Magistrada Maria Aparecida Sarmiento Gadelha

**Indicadores Estratégicos:**

- Pesquisa de avaliação do Poder Judiciário
- Índice de transparência

**Iniciativas Estratégicas:**

1. Pesquisa de avaliação sobre o Poder Judiciário da Paraíba.
2. Aperfeiçoamento das estratégias de gestão da imagem institucional do Poder Judiciário.
3. Aperfeiçoamento do Portal da Transparência do TJPB.

**Metas:**

Descrição	Meta					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Melhorar os 85,27% obtidos pelo TJPB no Ranking da Transparência de 2020 em 5%, no ano de 2021	X					
Aperfeiçoar as estratégias de gestão da imagem institucional do Poder Judiciário	X					
Aumentar, em 2022, em 10%, o índice de satisfação do jurisdicionado com os serviços prestados pelo PJPB		X				



## MACRODESAFIO:

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

### Descrição do Macrodesafio:

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

### COORDENADOR:

Magistrado Fábio Brito de Faria

### Indicadores Estratégicos:

- Taxa de congestionamento das Execuções Fiscais.
- Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais.
- Índice de Atendimento à Demanda.
- Tempo de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do judiciário.

### Iniciativas Estratégicas:

1. Desenvolvimento de Curso de Gestão.
2. Ferramenta de acompanhamento de baixa de processos prioritários.
3. Inclusão de pontuação relativa à Taxa de Congestionamento na pontuação para promoção por merecimento.

### Metas:

Descrição	Meta					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Treinamento de 5% dos magistrados, assessores e chefes de cartório no curso de gestão	X					
Redução da taxa de congestionamento líquida em 5%	X					
Redução da taxa de congestionamento de Execuções Fiscais em 5%	X					
Subida de uma posição no ranking de produtividade do Justiça em Números	X					
Treinamento de 10% dos magistrados, assessores e chefes de cartório no curso de gestão		X				
Redução da taxa de congestionamento líquida em 8%		X				
Redução da taxa de congestionamento de Execuções Fiscais em 8%		X				
Subida de mais uma posição no ranking de produtividade do Justiça em Números		X				

## MACRODESAFIO:

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

### Descrição do Macrodesafio:

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

### COORDENADOR:

Magistrado Jailson Shizue Suassuna

### Indicadores Estratégicos:

- Índice de Prescrição
- Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais
- Tempo médio de tramitação dos processos administrativos disciplinares

### Iniciativas Estratégicas:

1. Redução do tempo médio de tramitação dos processos de improbidade administrativa.
2. Redução do índice de prescrição e do tempo médio de tramitação dos processos de corrupção (criminal).

### Metas:

Descrição	Meta					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Diminuir acervo dos processos da meta 4 de improbidade administrativa em 20% a cada ano, até zerá-lo.	X	X				
Diminuir em 20% a cada ano, a quantidade de processos que ingressam no “rol da meta 04”, até que todos sejam julgados normalmente no prazo máximo estabelecido pelo CNJ	X	X				
Alcançar 20% de redução nas ações penais antigas.	X	X				
Julgar em até 2 anos as novas denúncias.	X	X				

## MACRODESAFIO:

PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

### Descrição do Macrodesafio:

Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

### COORDENADOR:

Magistrada Ivna Mozart Bezerra Soares

### Indicadores Estratégicos:

- Índice de Conciliação
- Índice de realização de audiências nos CEJUSCs
- Índice de casos remetidos para a Câmara de Conciliação/Mediação
- Índice de realização de audiências do art.344 do CPC

### Iniciativas Estratégicas:

- 1.Start up na conciliação
- 2.Dialogicamente: formando facilitadores e instrutores em métodos adequados de solução de conflitos
3. Cidadania de Primeira

### Metas:

Descrição	Meta					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Aumentar o índice de conciliação;	X	X				
Aumentar o índice de realização de audiências nos CEJUSC's;	X	X				
Aumentar o índice de casos remetidos para a câmara de conciliação/mediação;	X	X				
Aumentar o índice de casos remetidos para a câmara de conciliação/mediação;	X	X				
Formação de 70 facilitadores de Justiça Restaurativa;	X	X				
Formação de 70 conciliadores/mediadores;	X	X				
Formação de 3 formadores de facilitadores de JR;	X	X				
Formação de 3 formadores de mediadores/conciliadores	X	X				

## **MACRODESAFIO:**

### **CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS**

#### **Descrição do Macrodesafio:**

Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

#### **COORDENADOR:**

Magistrado Leonardo Sousa de Paiva Oliveira

#### **Indicadores Estratégicos:**

- Tempo médio entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese
- Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas
- Tempo médio entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência

#### **Iniciativas Estratégicas:**

1. Monitoramento da repetitividade
2. Automação da suspensão dos processos
3. Aprimorar o acesso à informação

#### **Metas:**

Descrição	Meta					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Reduzir o tempo entre a identificação da demanda de massa e a admissão do IRDR	X	X				
Reduzir o tempo entre a admissão do IRDR e seu julgamento perante o órgão competente.	X	X				

**MACRODESAFIO:**  
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

**Descrição do Macrodesafio:**

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

**COORDENADOR:**

Magistrada Ana Amélia Andrade Alecrim Câmara

**Indicadores Estratégicos:**

- Índice de Desempenho de Sustentabilidade

**Iniciativas Estratégicas:**

1. Educação para sustentabilidade: agir sustentável
2. Selo Eficiência administrativa: sustentabilidade e compromisso social
3. Sustentabilidade e Inclusão Social

**Metas:**

Descrição	Meta					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Capacitar todos gerentes e chefes de cartórios unificados até final de 2021	X					
Incorporar parâmetros de sustentabilidade nos novos contratos e aquisições	X					
Integrar ações sociais e humanísticas ancoradas em políticas inclusivas	X					
Institucionalizar práticas socioambientais nas rotinas de trabalho até final de 2022		X				
Instituir selo de eficiência		X				
Ampliar ações sociais inclusivas para o Estado até final de 2022		X				
Gerir e descartar resíduos sólidos de forma sustentável		X				

## MACRODESAFIO:

### APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

#### Descrição do Macrodesafio:

Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social. Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social. Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

#### COORDENADOR:

Magistrado Rodrigo Marques Silva Lima

#### Indicadores Estratégicos:

- Taxa de encarceramento
- Tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento
- Tempo médio das decisões em execução penal
- Tempo médio de julgamento em primeira instância dos presos provisórios

#### Iniciativas Estratégicas:

1. Aperfeiçoar o PJE para os processos criminais.
2. Potencializar o rápido julgamento dos feitos criminais.
3. Otimizar a utilização do SEEU e integrá-lo ao PJE.

#### Metas:

Descrição	Meta					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Liquidar o acervo de processos conclusos com mais de 100 dias no sistema SEEU até o final de 2021.	X					
Esgotar o acervo de processos aguardando cumprimento de decisão judicial com mais de 100 dias no sistema SEEU até o final de 2021	X					
Minorar em 10% o tempo médio dos processos de conhecimento até dezembro de 2022, com a abreviação do período entre denúncia/queixa e sentença penal.		X				
Reduzir em 10% os benefícios individuais, vencidos e pendentes até dezembro de 2022.		X				

#### MACRODESAFIO:

## APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

### Descrição do Macrodesafio:

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

### COORDENADOR:

Magistrado Meales Medeiros de Melo

### Indicadores Estratégicos:

- Índice de desempenho dos órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos "Governança" e "Qualidade da Informação".

### Iniciativas Estratégicas:

1. Estruturar e implementar o Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA

### Metas:

Descrição	Meta					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Alcançar 100% de pontos nos critérios avaliados nos eixos "Governança" e "Qualidade da Informação" do Prêmio CNJ de Qualidade, até 2022	X	X				

## MACRODESAFIO:

### APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

#### Descrição do Macrodesafio:

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

#### COORDENADOR:

Magistrado Gustavo Pessoa Tavares de Lyra

#### Indicadores Estratégicos:

- Índice de Absenteísmo-Doença
- Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho
- Índice de capacitação de magistrados
- Índice de capacitação de servidores

#### Iniciativas Estratégicas:

1. Ampliação dos índices de capacitação de magistrados e servidores
2. Ampliação do percentual da força de trabalho total participante em ações de qualidade de vida no trabalho
3. Redução do índice do absenteísmo-doença

#### Metas:

Descrição	Meta					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Reduzir em 10% do índice do absenteísmo-doença em relação ao ano anterior	X	X				
Sensibilizar pelo menos 15%, em relação ao ano anterior, dos magistrados e servidores para realização dos exames periódicos	X	X				
Ampliar em 20%, em relação ao ano de 2020, o índice de magistrados e servidores do Poder Judiciário Paraibano participantes da Ginástica Laboral e/ou que realizem alguma prática física regularmente	X	X				
Ampliar em pelo menos 10%, em relação ao ano anterior, o índice de capacitação de magistrados e servidores	X	X				

## MACRODESAFIO:



## APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### Descrição do Macrodesafio:

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

### COORDENADOR:

Magistrado Gilberto de Medeiros Rodrigues

### Indicadores Estratégicos:

- Índice de dotações para despesas obrigatórias
- Índice de execução das dotações para despesas discricionárias
- Índice de execução das dotações para projeções

### Iniciativas Estratégicas:

1. Formatação de setor especializado no tratamento de custas processuais finais
2. Incremento da eficiência fiscalizatória junto às serventias extrajudiciais
3. Viabilizar realização de perícias judiciais com o auxílio de instituições públicas e/ou privadas de ensino

### Metas:

Descrição	Meta					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Diminuir o "Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias" (IDOB), no mínimo, em 1,15% ao ano, totalizando, em relação aos anos de 2021 e 2022, no percentual de 2,3%.	X	X				
Em relação ao "Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias" (IEDD), deve-se se aguardar o final do atual exercício financeiro, a fim de se analisar e se fixar o seu percentual para os anos de 2021 e 2022.	X	X				

## MACRODESAFIO:

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

### Descrição do Macrodesafio:

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

### COORDENADOR:

Magistrado Jeremias de Cassio Carneiro de Melo

### Indicadores Estratégicos:

- IGovTIC-JUD
- Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total

### Iniciativas Estratégicas:

1. Alinhamento estrutural e do parque tecnológico à nova estratégia nacional de TIC do Judiciário
2. Centro de Inovação e Inteligência do TJPB
3. Sistema de governança de dados de usuários externos cadastrados nas bases de dados do TJPB

### Metas:

Descrição	Meta					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Por o Centro de Inteligências em plena atividade, com Business Intelligence, Big Data, Robotização e algumas iniciativas de Inteligência Artificial.		X				
Fornecer a todas as pessoas físicas e jurídicas o acesso, com adequada gestão de risco e autonomia, a integral verificação e controle sobre seus dados existentes nas bases acessíveis e depositadas do TJPB		X				
Renovar e melhorar, estruturalmente, o parque tecnológico		X				

# **ANEXO II**

## **PLANO DE GESTÃO**

**Projetos priorizados para o  
primeiro ciclo do biênio**

**2021-2022**

<b>Nome da Iniciativa</b>
<b>Atermação eletrônica</b>
<b>Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)</b>
GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
<b>Descrição</b>
<p>Criação de aplicativo/aplicação, acessível ao público em geral, integrado com inteligência artificial, para possibilitar o ajuizamento de ações judiciais àquelas pessoas sem condições financeiras para contratar advogado.</p> <p>O mecanismo eletrônico permitirá que o interessado, por áudio, relate sua pretensão e remete, de maneira também virtual, os documentos pertinentes. As solicitações serão enviadas automaticamente, após convênios, à Defensoria Pública, a escritórios de prática jurídicas e escritórios de advocacia parceiros, bem como ao Ministério Público, para adoção das providências cabíveis, viabilizando, assim, o acesso à Justiça, na condição de g fundamental.</p>

<b>Nome da Iniciativa</b>
<b>Pesquisa de avaliação sobre o Poder Judiciário da Paraíba</b>
<b>Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)</b>
FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE
<b>Descrição</b>
<p>Trata-se de proposta de realização de pesquisa de avaliação em nível estadual, a fim de diagnosticar a percepção da sociedade sobre o Judiciário paraibano, com o propósito de nortear as ações que contribuirão para a concretização do macrodesafio.</p>

<b>Nome da Iniciativa</b>
<b>Desenvolvimento de curso de gestão</b>
<b>Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)</b>
AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
<b>Descrição</b>
<p>Criação de curso sobre gestão de unidade jurisdicional com referencial teórico e painéis práticos sobre gestão processual com participação de juízes, assessores e chefes de cartório.</p>

<b>Nome da Iniciativa</b>
<b>Redução do tempo médio de tramitação dos processos de improbidade administrativa.</b>
<b>Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)</b>
ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
<b>Descrição</b>
<p>Criação de uma vara virtual especializada em processamento de tais feitos em todo o Estado. Desafio: verificar se há processos em quantidade suficiente para justificar a criação de uma vara especial em caráter estadual e se há condições econômicas que viabilizem o projeto. Vantagem: o julgamento de pessoas com influência política por pessoas que não o conhecem tende a ser mais célere, objetivo e eficaz; servidores especializados na matéria poderão cumprir tais processos com rapidez, independentemente do seu volume; a quantidade de erros na tramitação que termina por anular o processo tenderá a zero.</p> <p>Outras ideias que também podem ser aplicadas, paralela ou subsidiariamente à anterior: criação de modelos de peças padrão para que todos os magistrados as utilizem no trâmite de seus processos até a sentença; criação de modelos de dispositivo de sentença de acordo com as espécies de improbidade para facilitar a confecção de tal peça processual; designar um servidor específico de cada vara para lidar, com exclusividade, com processos de</p>

improbidade, dando-lhe uma gratificação para tal responsabilidade e estabelecendo sanções para descumprimento dos prazos de cumprimento; desenvolver um software simples para que o cartório e o gabinete saibam, em tempo real, qual o prazo de tramitação de cada processo de improbidade na sua unidade, sem a necessidade de realizar diversas pesquisas no PJE."

<b>Nome da Iniciativa</b>
<b>Start up na conciliação</b>
<b>Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)</b>
PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS
<b>Descrição</b>
Fomentar a adoção de uma postura ativa na política de conciliação no âmbito do Poder Judiciário da Paraíba, por meio de mecanismos, tais como Start Ups e/ou Centros próprios. Em apertada síntese, superando paradigmas atuais, em que se aguardam atos e iniciativas dos litigantes para a realização de acordos, será fomentada a criação de unidades compostas por conciliadores/mediadores, devidamente qualificados e treinados, com os pertinentes e legais incentivos, para, após a devida triagem no acervo processual, por meio de contato com as partes, buscar a composição.

<b>Nome da Iniciativa</b>
<b>Monitoramento da Repetitividade</b>
<b>Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)</b>
CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS
<b>Descrição</b>
Aperfeiçoar a identificação de demandas repetitivas, por meio de ferramentas tecnológicas, bem como através da designação administrativa, por grupos de competências, de juízes-colaboradores.

<b>Nome da Iniciativa</b>
<b>Educação para sustentabilidade: agir sustentável</b>
<b>Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)</b>
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
<b>Descrição</b>
Capacitar todos os gerentes de fóruns e cartórios unificados para a promoção de plano de ações que visem sustentabilidade ambiental, econômica e social;

<b>Nome da Iniciativa</b>
<b>Aperfeiçoar o PJE para os processos criminais</b>
<b>Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)</b>
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL
<b>Descrição</b>
I. Com a implementação de informações de antecedentes e alertas de prazos processuais. II. Com a criação de alertas no PJE quanto a prisões vencidas e integração ao BNMP. III. Com a funcionalidade de aviso de pendência de expedição de guia no juízo processante.

<b>Nome da Iniciativa</b>
<b>Estruturar e implementar o Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA</b>

<b>Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)</b>
<b>APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA</b>
<b>Descrição</b>
Desenvolver e implementar sistema integrado de gestão administrativa que contemple os seguintes módulos integrativos: governança, gestão, inovação e tecnologia, para operação dos macroprocessos estratégicos ligados a gestão administrativa geral do TJPB, e que possibilite, agilidade, conformidade e transparência, com integração regulatória e tecnológica, assegurando a eficiente atuação do TJPB com apoio aos processos judiciais, com reflexo em uma prestação jurisdicional mais efetiva para a sociedade.

<b>Nome da Iniciativa</b>
<b>Ampliação dos índices de capacitação de magistrados e servidores</b>
<b>Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)</b>
<b>APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS</b>
<b>Descrição</b>
A iniciativa visa ampliar em 20% (vinte por cento) a capacitação de magistrados e servidores mediante estímulo à participação de cursos a serem desenvolvidos pela Escola Superior da Magistratura

<b>Nome da Iniciativa</b>
<b>Formatação de setor especializado no tratamento de custas processuais finais</b>
<b>Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)</b>
<b>APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b>
<b>Descrição</b>
A formatação de setor especializado no tratamento de custas processuais finais tem por objetivo propiciar maior efetividade na obtenção de mencionados recursos, os quais são imprescindíveis para manutenção das atividades do Poder Judiciário paraibano.

<b>Nome da Iniciativa</b>
<b>Alinhamento estrutural e do parque tecnológico à nova estratégia nacional de TIC do Judiciário</b>
<b>Alinhamento Estratégico (Macrodesafio)</b>
<b>FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS</b>
<b>Descrição</b>
Partindo dos eixos orientadores para o Macrodesafio 12 - "Fortalecimento da Estratégia Nacional de TI e Proteção de Dados", além da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação definida pelo Conselho Nacional de Justiça. A proposta tem por objetivo renovar a infraestrutura de base tecnológica do Tribunal de Justiça da Paraíba para acompanhar o programa de digitalização integral dos processos judiciais e administrativos, garantindo o instrumental necessário para a realização de programas, projetos e ações de TIC e o exercício eficiente da jurisdição.